

## UM GRANDE MODELO?

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Trabalho apresentado ao Encontro Nacional de  
Economia Política, Florianópolis, 19-20 de junho de  
2003.

**Abstract.** The ambition of developing a unique and comprehensive theory economic theory is vain and dangerous. The aspiration of developing just one great and comprehensive model for economic theory to which all other models would be subordinated is as understandable as vain and dangerous.

A maioria dos economistas, independentemente das escolas de pensamento a que estejam filiados, supõe que a teoria econômica constitui um grande modelo, que, com pequenas adaptações, pode ser aplicado a economias de mercado as mais diversas. O conceito de economia de mercado que adotam pode ser mais amplo do que o de capitalismo, incluindo qualquer sistema econômico baseado na competição entre agentes individuais através da qual se alocam recursos, se distribui a renda entre salários, lucros e juros e se determinam o nível de investimento, renda e consumo. Para fazerem essa afirmação pressupõem que a economia, como a física ou a biologia, seja uma ciência natural, e, portanto, sujeita a leis naturais, independentes do sistema econômico e social que ela procura explicar.<sup>1</sup> Outros economistas, mais realistas, negam que a economia seja uma ciência natural, já que seus agentes agem com algum grau de liberdade, e, mais modestos, afirmam que a teoria econômica é uma ‘caixa de ferramentas’ para ajudar o economista a pensar. Dada a variedade dos sistemas de mercado, sua crescente complexidade, a relativa liberdade dos agentes ao tomarem decisões econômicas, e o fato de que esses sistemas estão em permanente mudança histórica, não existiria ‘o modelo’ econômico, mas muitos modelos.

Os economistas contam com ferramentas úteis para conhecer os sistemas econômicos, mas essas ferramentas ou modelos são sempre parciais e imprecisos. Não há uma única teoria econômica, mas um conjunto de conceitos e de modelos, nem

---

<sup>1</sup> A busca do interesse próprio, pressuposta no *homo economicus*, não seria um fenômeno social mais um fenômeno natural, que independeria da própria vontade ou escolha do ser humano.

sempre perfeitamente coerentes entre si, que nos permitem estudar sob diversos ângulos o sistema econômico. Meu pressuposto é o de que a economia, ao contrário da física ou da biologia, não é uma ciência natural, mas uma ciência social, e, como todas as ciências sociais, uma ciência moral. A estratégia retórica de considerar a economia uma ciência natural foi útil a Adam Smith, na *A Riqueza das Nações*, para fundar nossa ciência em bases sólidas, para distinguir sua visão científica e por isso revolucionária da perspectiva normativa e equivocada dos economistas mercantilistas, mas essa identificação para o autor da *Teoria dos Sentimentos Morais* era mera metáfora. Nas ciências naturais os seus elementos básicos – os átomos e as moléculas – não têm escolha nem seguem normas que eles próprios elaboram e modificam: seu comportamento, ainda que não plenamente determinado, é altamente previsível porque segue leis naturais. Já a economia é uma ciência social que tem por objeto o comportamento relativamente livre de seres humanos e as próprias normas ou políticas que eles estabelecem para dirigir seu comportamento. É uma ciência social, e, como acentuou Boulding, uma ciência moral.<sup>2</sup> Ainda que possamos estabelecer pontes, encontrar analogias, entre as ciências naturais e as sociais, a natureza das duas realidades que procuram compreender é diversa e, portanto, a essência dos dois tipos de ciência é diferente. Compreendo que os economistas, e mais amplamente os cientistas sociais, queiram se identificar com as ciências naturais – esta foi uma pretensão clássica do positivismo –, mas esta é uma situação na qual a retórica é mera retórica: conflita com a verdade científica.

O fato de que os cientistas sociais tenham que ser mais modestos em suas ambições científicas do que os cientistas naturais – que, por sua vez, não têm alternativa senão serem mais modestos do que os matemáticos e os lógicos, que lidam com puras abstrações – não significa que eles deixem de ser cientistas. Se o cientista é quem busca a verdade através do uso da razão, os cientistas sociais são tão cientistas quanto os cientistas naturais. Só não seriam cientistas – como aliás também não o seriam os dedicados às ciências naturais e às matemáticas ou lógicas, se adotassem uma atitude relativista radical: a própria verdade seria relativa, e, portanto, inatingível. O cientista só o é se, nos termos de Popper, desenvolve e busca demonstrar proposições falseáveis. Entretanto, conforme salientou Lakatos, será legítimo que ele envolva o núcleo de idéias de sua teoria por um escudo protetor, desde que tenha um compromisso com a verdade, e, portanto, desde que a esteja ‘honestamente’ buscando.<sup>3</sup> O cientista não precisa adotar um falsificacionismo ingênuo, mas, no momento em que as anomalias em relação às idéias centrais que defende se acumulam, que suas verdades que forem falseadas ou refutadas pelas pesquisas ou pelos próprios fatos, ele deve estar disposto a abandoná-las.

---

<sup>2</sup> Boulding, 1969.

<sup>3</sup> Popper, 1934; Lakatos, 1974.

Ainda que seja legítimo distinguir uma teoria positiva de uma teoria normativa ou moral, uma situada no campo do ser, a outra, do dever ser, as duas perspectivas estão intimamente relacionadas. Em primeiro lugar, porque a ciência é uma prática humana e, portanto, sujeita a princípios éticos. Para que alguém possa ser considerado cientista é preciso que use a razão de forma rigorosa, que ele esteja honestamente buscando a verdade. Segundo, porque a busca de relações positivas entre variáveis econômicas está sempre norteadas pela preocupação normativa: é impossível, por exemplo, discutir inflação sem ter como objetivo a estabilidade; não faz sentido estudar a acumulação de capital e o progresso técnico se o objetivo não for promover o desenvolvimento econômico; grande parte dos modelos econômicos são motivados por economistas que querem demonstrar como os mercados alocam eficientemente recursos, ou, em que medida falham em alcançar esse objetivo normativo. Terceiro porque, como salienta Hausman, “o trabalho empírico tem com frequência que levar em conta questões morais porque os compromissos éticos estão entre os fatores causais que influenciam o comportamento econômico”.<sup>4</sup> Em outras palavras, é impossível separar completamente o critério científico do ético porque a ciência supõe o comportamento ético do cientista, porque o cientista é motivado por questões morais, e porque os agentes econômicos que ele estuda também pautam seu comportamento por razões morais, além das puramente econômicas.

A busca científica do conhecimento verdadeiro é incompatível tanto com um relativismo radical quanto com um positivismo ingênuo. Os pragmáticos americanos, freqüentemente acusados de relativismo, recusam esse nome, ainda que, paradoxalmente, recusem também que o objetivo da ciência seja a verdade entendida como o “aquilo que corresponde à natureza intrínseca da realidade”.<sup>5</sup> Compreendo que se insurjam com o platonismo, mas, se eliminassem a palavra ‘intrínseco’ da frase anterior, e se enfatizassem a necessidade de modéstia em relação às próprias idéias, estaríamos sendo realistas ao invés de positivistas, e não precisaríamos substituir a epistemologia pela hermenêutica como o faz Rorty, mas adotá-la sem necessidade de radicalizar seu pensamento.<sup>6</sup> A hermenêutica, na medida em que lida com problemas de difícil interpretação, com o ‘discurso anormal’, seria valorizada. E poderíamos, pragmaticamente, concordar com Rorty que, principalmente em relação às ciências sociais e à própria filosofia, “a investigação humana não é uma tentativa de descrever

---

<sup>4</sup> Hausman and McPerson, 1984: 255.

<sup>5</sup> Rorty (1980, 1994) nega que esteja propondo a substituição da epistemologia pela hermenêutica, “porque ‘hermenêutica’ não é o nome de uma disciplina, nem de um método para alcançar o tipo de resultados que a epistemologia falhou em alcançar” (Rorty, 1980; 315) mas está claro que ele propõe uma substituição desse tipo ainda que imperfeita.

<sup>6</sup> Rorty, 1980: Capítulo VIII. Não tem, por exemplo, nada de radical, mas é muito razoável a afirmação de Rorty que “devemos ser hermenêuticos quando não entendemos o que está acontecendo mas somos suficientemente honestos para admiti-lo” (p. 321).

perfeitamente a realidade, mas sim de alcançar objetivos transitórios e resolver problemas transitórios”.<sup>7</sup>

A incompatibilidade do trabalho científico com o relativismo é, inclusive, de caráter moral. Se não acredito que a verdade possa ser alcançada, não faz sentido buscá-la, ou defendê-la. Por outro lado, se entendo que há critérios simples e claros que distinguem o verdadeiro do falso, corro o risco moral da arrogância, uma paixão que cega quem por ela é dominado. É importante o adjetivo ‘radical’ aposto ao relativismo, porque há muitos defensores do relativismo que não são realmente relativistas: são críticos do positivismo – ou seja da radicalização do pensamento realista ocorrida no final do século XIX, impulsionada pelo progresso das ciências naturais, que supunha existirem critérios objetivos e cristalinos para definir a verdade. O realismo no qual acredito inclusive para as ciências naturais – o que dizer, então, das ciências sociais? – é o realismo razoável, modesto.<sup>8</sup> A verdade existe mas não é facilmente alcançável, e, o que é mais importante, não pode ser demonstrada com a segurança e a certeza de um teorema ou de um silogismo. Existem critérios para separar o verdadeiro do falso, mas esses critérios não são jamais plenos, já que para o mesmo conjunto de dados é possível encontrar mais de uma teoria explicativa satisfatória. Por isso, o cientista deve ser modesto. Deve afirmar suas verdades e nelas crer até que sejam refutadas, ou até que surja um modelo explicativo melhor. As verdades a que chegar o serão na medida em que, nos termos de Kuhn, tenham o consenso da comunidade científica, ou, nos termos de Habermas, decorram da ação comunicativa, da qual o elemento moral é inseparável.<sup>9</sup> Conforme este último já afirmava em 1972, nove anos antes de publicar a *Teoria da Ação Comunicativa*, “que um estado de coisas seja efetivo ou não se decide por evidências experimentadas mas pelo jogo da argumentação. A idéia de verdade não pode ser exposta senão em relação a debates nos quais as pretensões de validade sejam defendidas”.<sup>10</sup>

No caso dos economistas, esta segunda qualidade moral – a modéstia – é uma condição do fazer científico, não apenas porque se trata de uma ciência social, mas porque, no Século XX, o objeto dela deixou de ser a realidade econômica ‘dada’ por agentes que buscam seus interesses, para incluir a realidade construída pelos agentes na medida em que eles definem normas e políticas públicas para orientar o

---

<sup>7</sup> Rorty, 1994: 122.

<sup>8</sup> O realismo assim entendido tem origem em em Aristóteles e Sto. Tomás de Aquino, ainda que os filósofos aristotélico-tomistas, como Jacques Maritain, tenham usado o termo principalmente como uma perspectiva intermediária entre o idealismo e o materialismo.

<sup>9</sup> Kuhn, 1962; Habermas, 1981.

<sup>10</sup> Habermas, 1972: 284. Entre as condições que Habermas estabelece para se validar a verdade pelo menos uma delas, a sinceridade, é essencialmente moral. Sua obra fundamental, *A Teoria da Ação Comunicativa*, é de 1981.

comportamento econômico. Nos séculos anteriores as leis já existiam, mas eram gerais e relativamente estáveis. Não assumiam, como passou a acontecer a partir de meados do último século, o caráter de políticas públicas específicas, que mudam com relativa frequência, e que são poderosas em modificar o comportamento. No plano da economia, a partir da criação dos bancos centrais e do desenvolvimento da teoria macroeconômica, essas políticas públicas tornaram-se particularmente poderosas. Em consequência, as instituições e, particularmente, as políticas econômicas deixaram de ser mero instrumento para se tornarem o próprio objeto da ciência econômica. Por outro lado, o grau de escolha dos agentes, entre os quais agora se incluem os governantes, aumentou substancialmente. Tudo isto apenas contribuiu para diminuir a possibilidade de certeza, antes já precária, dos modelos econômicos.

Neste trabalho afirmarei que existem dois métodos na teoria econômica que são complementares mas que freqüentemente são vistos como competindo entre si na medida em que eles geral teorias diferentes. Enquanto o método hipotético dedutivo ou apriorístico produziu principalmente a teórica econômica neoclássica, o método do fato histórico novo levou à teoria clássica do desenvolvimento econômico e à teoria keynesiana. O método apriorístico opera em um alto nível de abstração. O modelo neoclássico do equilíbrio geral é o melhor exemplo do uso desse método, embora o primeiro capítulo de *O Capital*, sobre a mercadoria, e o modelo de Sraffa sobre a produção de mercadorias por meio de mercadorias sejam outros exemplos. Em contraste, a teoria clássica do desenvolvimento econômico e a teoria macroeconômica keynesiana adotaram o método histórico e tendem por isso a serem menos abstrata: elas generalizam a partir de pressupostos mais restritivos e realistas. Derivar políticas econômicas de modelos altamente abstratos, como fazem com frequência economistas convencionais ou ortodoxos, é uma prática arriscada e ideológica que geralmente leva a resultados desastrosos.

### **A teoria neoclássica como ‘grande modelo’**

Quando estudamos uma ciência, um pressuposto comum que também é um objetivo é o de que estamos em busca de um grande modelo explicativo – de uma generalização simples e universal – que dê resposta à maioria dos problemas. Os economistas clássicos imaginaram ter alcançado esse modelo com as teorias do desenvolvimento capitalista e do comércio internacional de Smith e Ricardo; os marxistas, com as teorias do próprio Marx sobre o mesmo desenvolvimento capitalista e sobre a mais-valia.<sup>11</sup> Os neoclássicos, a partir das contribuições fundadores de Walras, Jevons, Menger e Marshall desenvolveram a teoria do equilíbrio geral e do equilíbrio parcial, e ficaram seguros de terem alcançado o grande modelo econômico explicativo de

---

<sup>11</sup> Smith, 1776; Ricardo, 1817/21; Marx, 1867, 1894.

tudo.<sup>12</sup> Keynes e Kalecky, com suas teorias das flutuações macroeconômicas cíclicas e de como estabilizá-las, foram mais modestos. O nome do livro fundamental de Keynes começa por *Teoria Geral*, mas não se trata da teoria geral da economia, mas *da Moeda, dos Juros, e do Emprego*. Alguns de seus seguidores, entretanto, se sentiram ou se sentem tentados pela idéia do grande e único modelo.

Nesta seção vou fazer a análise e a crítica dessa ambição tomando a teoria neoclássica como objeto. Os neoclássicos foram os mais ambiciosos, e são hoje ainda dominantes, apesar dos problemas que vêm se acumulando sobre sua teoria.<sup>13</sup> Suas idéias tornaram-se dominantes menos porque representassem um avanço do conhecimento, já que as teorias concorrentes também envolvem avanços, e principalmente porque, no plano da ciência, possuíam um nível de abstração muito elevado, e porque, no plano político, no quadro de um capitalismo triunfante, constituíam um instrumento ideológico para a defesa de um sistema de mercado. Inicialmente, com as teorias de Walras sobre o equilíbrio geral, e de Marshall, sobre o equilíbrio parcial, representaram avanços extraordinários em áreas antes pouco navegadas pelos economistas. Mais tarde, porém, na segunda metade do século XX, quando seus epígonos com a extensão imperialista dessa teoria para a teoria do desenvolvimento econômico e para a macroeconomia, pretenderam com seu ‘grande modelo’ abarcar todo o processo econômico.

No último quartel do Século XX, no contexto da crise do Estado do bem-estar, nos países desenvolvidos, e do Estado desenvolvimentista, nos países em desenvolvimento, e da crise final do Estado comunista, e da onda ideológica neoliberal que ganhou então força, a teoria econômica neoclássica tornou-se o que seus próprios seguidores chamam de ‘*mainstream*’ econômico, ou de ‘teoria ortodoxa’. Subordinada a ela, existe uma teoria adotada por economistas acadêmicos, jornalistas econômicos, empresários preocupados com política econômica, e pelas agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional, que chamo de ‘teoria convencional’, que simplifica a teoria neoclássica, e constitui parte importante da ideologia dominante no mundo contemporâneo.

A teoria neoclássica arrogou-se à condição de grande modelo capaz de tudo explicar. Essa teoria tem o direito à qualificação ‘grande teoria’ na medida em que, através do equilíbrio geral walrasiano e do equilíbrio parcial marshalliano, explica de forma intelectualmente atrativa (porque redutível a fórmulas matemáticas) o funcionamento estático de uma economia de mercado: explica como nela, através do sistema de preços, se alocam os fatores, e como se distribui a renda. Na medida, entretanto, em que pretendeu se transformar esse modelo microeconômico no único fundamento de toda a ciência econômica, e, portanto, também da macroeconomia e da

---

<sup>12</sup> Jevons, 1871-79; Menger, 1872; Walras, 1874/1900; Marshall, 1890/1920.

<sup>13</sup> Keynes, 1936; Kalecki, 1933a, 1933b, 1942, republicado em Kalecki, 1971.

teoria do desenvolvimento econômico, transformou-se em mito intelectual, em obstáculo perigoso ao pensamento.<sup>14</sup>

O modelo de equilíbrio geral é uma explicação de grande simplicidade e alto nível de abstração, mas é um modelo limitado porque é abstrato demais: não explica como opera uma economia capitalista, mas, mais genericamente, uma economia de mercado; porque não inclui no modelo o Estado e a política; porque não mostra como o desenvolvimento capitalista começa historicamente e tende a se tornar auto-sustentado; porque não leva em conta a natureza particular das diversas classes ou tipos de agentes econômicos e suas respectivas ‘lógicas’ – proprietários de terras e minas, arrendatários, empresários burgueses, capitalistas burgueses, administradores e tecnocratas profissionais, camponeses, operários, consumidores – supondo um único agente econômico que realiza todas essas tarefas; porque ignora os fatos históricos novos decorrentes de novas tecnologias e de novas instituições.

No processo de estabilização macroeconômica, a economia neoclássica não tem espaço para as crises cíclicas endógenas de realização, para as crises financeiras ou bancárias, e para as crises de balanço de pagamentos e liquidez internacional, como não tem, nem admite que exista, desemprego. As economias de mercado estariam permanentemente em pleno emprego, ou, mais precisamente, ostentando a ‘taxa natural de desemprego’. Não considera, no processo de distribuição de renda e de desenvolvimento econômico, o papel do sistema constitucional e de propriedade sobre os quais está baseada toda a organização da sociedade, nem leva em consideração o complexo sistema de instituições que se ergue em cima dessas bases, nem ainda o da superestrutura ideológica que busca legitimá-lo. E não nos diz como o processo mudança ocorre, nem como as crises se sucedem, porque dá absoluta precedência à hipótese de tendência de longo prazo para o equilíbrio. Não contém, portanto, uma teoria do desenvolvimento capitalista. Pretende, a partir do modelo de Solow, contar com uma teoria não do desenvolvimento, mas do crescimento econômico. Entretanto, verificaremos que essa contribuição é pouco significativa se não subordinarmos toda pesquisa econométrica usando funções de produção ao modelo de Solow ou aos modelos endógenos que o seguiram. Funções do tipo Cobb-Douglas apresentam potencialidade de pesquisa econométrica, mas só serão neoclássicas se supuserem a perfeita substitutibilidade de fatores. Em geral, as funções de produção são ferramentas úteis como o são muitas outras que fazem parte do ‘núcleo teórico econômico básico’ que é comum a todas as escolas econômicas.

As anomalias crescentes e as limitações, no sentido dado por Kuhn ao termo, não impediram, porém, que a economia neoclássica continuasse a ser considerada pelos seus praticantes o único paradigma econômico legítimo. Não creio que o

---

<sup>14</sup> Sapir (2000: 10) refere-se muito apropriadamente ao “mito intelectual de uma ciência das ciências” que se propaga a partir das grandes universidades americanas.

conceito de paradigma seja aplicável à teoria econômica. Dada a falta de consenso existente no campo econômico, não há nenhuma teoria que mereça essa denominação – nem a ortodoxia neoclássica, que imperou desde o final do século XIX até 1930, e depois, de meados dos anos 70 até meados dos anos 90, nem a macroeconomia keynesiana, que se tornou dominante nos anos 40, entrou em crise nos anos 70, e está de volta, ainda que bastante modificada como é próprio de uma teoria que adota um método histórico, desde os anos 90. Um paradigma no sentido de Kuhn só merece esse nome quando a teoria que ele afirma se torna absolutamente dominante dentro da respectiva comunidade científica. Ora, isto jamais aconteceu com qualquer teoria econômica.

Para fazer frente a essas anomalias, os economistas neoclássicos adotaram diversas estratégias retóricas. A mais geral foi a de tentar identificar sua própria escola com o ‘núcleo’ ou ‘core’ da teoria econômica. Conceitos que não pertencem a nenhuma escola, mas fazem parte do patrimônio comum da teoria econômica, passaram a ser implicitamente considerados por eles como parte de sua escola. Penso em conceitos e relações econômicas como, por exemplo, os de que os bens econômicos são os bens escassos, ou que a oferta e a procura são essenciais na determinação dos preços, e que estes são decisivos na alocação dos fatores e a distribuição de renda, ou que existe uma elasticidade-preço da oferta ou da demanda de cada bem, como também existem produtividades, receitas e utilidades marginais,<sup>15</sup> ou que produto, renda e despesa são contabilmente iguais, ou que a produção depende do capital empregado, da mão de obra, e da tecnologia incorporadas em ambos, ou que o investimento produtivo depende do diferencial entre a taxa de lucros esperada e a taxa de juros, etc.

Uma segunda estratégia da escola neoclássica foi a de incorporar ou cooptar as contribuições das outras escolas, subsumindo-as, com diversos graus de radicalidade, às teorias que lhe são específicas. No campo da macroeconomia keynesiana, o processo começou, paradoxalmente, com um avanço promovido por Hicks, que simplificou o modelo keynesiano ao desenvolver os modelos das curvas IS e LM. Outro avanço significativo ocorreu com Mundell, que fundou a macroeconomia aberta aparentemente adotando uma perspectiva neoclássica, mas, na verdade, usando um método histórico e um pressuposto básico – o do desemprego – que são tipicamente keynesianos.<sup>16</sup> A única grande contribuição aparentemente neoclássica à teoria macroeconômica – a teoria de Friedman de que os agentes econômicos prevêm e parcialmente neutralizam as políticas econômico através da formação de expectativas adaptativas – adotou também um método antes histórico e pragmático do que

---

<sup>15</sup> A escola neoclássica é freqüentemente chamada de marginalista, porque foi a primeira a utilizar o conceito de marginalidade. A denominação, porém, é inadequada, porque se trata de um conceito útil, que pode ser utilizado por qualquer escola de pensamento econômico.

<sup>16</sup> Mundell, 1963.



apriorístico para fazer a partir dos fatos a respectiva inferência – um método que não é neoclássico.<sup>17</sup> Friedman fez efetivamente macroeconomia. Quando, porém, sua teoria foi levada ao seu limite hipotético-dedutivo ou apriorístico por Lucas, com o uso do pressuposto das expectativas racionais plenas, ela, que havia sido um avanço, transformou-se na negação da própria teoria macroeconômica, na medida em que os ciclos e as crises, sem os quais não há teoria macroeconômica, passaram a ser exógenos.<sup>18</sup> Continua, entretanto, a ser ensinada nas universidades uma teoria macroeconômica suposta ou parcialmente neoclássica, embora os praticantes dessa ciência pragmaticamente não adotem o método apriorístico neoclássico. Desistem de forma realista de buscar um único microfundamento para a macroeconomia, e contentam-se em buscar motivos racionais *ad hoc* para cada modelo. Sua ‘teoria macroeconômica geral’, entretanto, não considera a história na medida em que os modelos que apresentam em geral supõem explicita ou implicitamente a economia americana. A história fica reservada para os ‘casos particulares’ dos países em desenvolvimento, ou, de alguma forma, ‘exóticos’, como se o caso americano não fosse também um caso particular.

A ‘macroeconomia monetarista’, ortodoxamente neoclássica, originada em Friedman e Lucas, é uma ficção, ou uma não-teoria, não apenas porque torna o ciclo necessariamente exógeno, mas porque todas as pesquisas que tentaram substanciar a tentativa de tornar a equação de trocas em uma teoria da inflação determinada pela oferta de moeda, embora pudessem apresentar altos índices de correlação, não indicavam qual a relação causal: se da moeda para a inflação, como pretendiam os neoclássicos, ou da inflação para a moeda, como afirmaram os neo-estruturalistas inercialistas latino-americanos.<sup>19</sup> Mais grave, porém, foi o que ocorreu quando afinal os monetaristas, depois de haverem dominado a universidade americana, convenceram os bancos centrais a utilizar uma política de estabilização de preços compatível com essa teoria: a política das metas monetárias. Depois de cerca de dez anos de tentativas, principalmente nos anos 80, o fracasso dessas políticas foi tão grande que os bancos centrais não tiveram outra alternativa senão abandoná-las, adotando uma política um pouco mais pragmática embora ainda frequentemente equivocada: a política das metas de inflação.<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> Friedman, 1968.

<sup>18</sup> Lucas, 1981.

<sup>19</sup> Bresser-Pereira e Nakano, 1983; Resende e Arida, 1984; Lopes, 1984. Para uma *survey* da teoria da inflação inercial ver Bresser-Pereira, 1996.

<sup>20</sup> A política das metas de inflação seria corretamente pragmática se deixasse os meios para se alcançar a meta em aberto, se definisse uma meta de médio prazo, e se não considerasse as inflações provocadas por variações na taxa de câmbio. Entretanto, os economistas treinados em escolas neoclássicas, não resistiram muito tempo: logo adotaram modelos macroeconômicos para prever a taxa de inflação que roubou todo o pragmatismo à estratégia.

No campo da teoria do desenvolvimento econômico, a teoria neoclássica também chegou tardiamente e procurou integrar no seu modelo mais geral as idéias desenvolvidas anteriormente. O caso mais conspícuo foi o do modelo de Solow, baseado em uma crítica do modelo keynesiano Harrod-Domar, e na tentativa de aliar o progresso tecnológico de Marx, menos do que a teoria das inovações de Schumpeter, em um modelo matemático abstrato.<sup>21</sup> Os resultados continuam a encantar os próprios neoclássicos, que viram nesse modelo múltiplas qualidades: primeiro, era consistente com a hipótese do equilíbrio geral neoclássico; segundo, permitia avanços matemáticos como aqueles que se materializaram nos modelos endógenos de crescimento; terceiro, abria a possibilidade de usar funções de produção e, particularmente, a função Cobb-Douglas, em pesquisas empíricas, que passavam, assim, a contar com um ‘modelo teórico rigoroso’. Na verdade, o modelo usava um pressuposto incompatível com os modelos neoclássicos de longo prazo – os rendimentos decrescentes – e não revelava nada que os economistas já não soubessem. Seu principal pressuposto, o do equilíbrio automático, naturalmente jamais se confirmou. Sua principal ‘descoberta’ – a de que o progresso técnico é importante no processo de desenvolvimento – já era há muito conhecida. Sua grande tese (não de Solow, mas de seus seguidores) – a de que o progresso técnico seria ‘mais importante’ do que a acumulação de capital, confirmou-se não porque se tratava de uma qualidade em si das economias de mercado, como a própria teoria neoclássica sugeriria, mas porque, conforme Galbraith afirmou pioneiramente, e o conhecimento ou o capital humano se transformava então no novo fator estratégico de produção das economias capitalistas em lugar do capital. Estas continuavam capitalistas, porque controladas pelo mercado, e orientadas para a acumulação de capital e o lucro, mas agora a acumulação de capital humano tornava-se estratégica.<sup>22</sup>

Outra prática dos melhores economistas neoclássicos – e há alguns muito bons – foi a de inovar na busca de restrições ao funcionamento dos mercados. Nesse campo, as contribuições de Bhagwati e Ramaswami, Bardhan, Greenwald e Stiglitz, Krugman, estão entre os melhores exemplos.<sup>23</sup> Não há nelas uma explicação efetiva de como e porque ocorre o processo de desenvolvimento, mas é feita uma brilhante crítica interna da teoria neoclássica, mostrando como neste, naquele, e naquele outro caso, os mercados são mal alocadores de recursos e piores distribuidores de renda. Pranab Bardhan, ele próprio um socialista democrático e um crítico do pensamento neoclássico, mas ele próprio um neoclássico, escreveu duas resenhas da teoria do desenvolvimento econômico, após a Segunda Guerra Mundial, em que praticamente todos os autores citados e seus respectivos modelos fizeram crítica interna elegante,

---

<sup>21</sup> Solow, 1956, 1957, 1970; Harrod, 1939; 1966; Domar, 1946, 1947; Marx, 1967, 1894; Schumpeter, 1911.

<sup>22</sup> Galbraith, 1967; Bresser-Pereira, 1972.

<sup>23</sup> Bhagwati, 1971; Bardhan, 1984; Krugman, 1981, 1987; Greenwald e Stiglitz, 1986.

rigorosa, da visão neoclássica, mas que pouca acrescentava à compreensão dos fenômenos econômicos: afinal, apenas demonstrava o que os economistas não-ortodoxos já sabiam há muito, e, por saberem-no, partem, em seus próprios modelos, desses pressupostos.<sup>24</sup> Na verdade, as questões sobre o desenvolvimento que a teoria neoclássica tentou explicar desde que nos anos 70 se tornou dominante, e explicou mal ou apenas formalizou, idéias que foram antes desenvolvidas de forma original por Adam Smith, Marx, Schumpeter, e os ‘pioneiros do desenvolvimento’, como Rosenstein-Rodan, Prebisch, Furtado, Lewis, e Myrdal, com muito mais criatividade e poder explicativo, e constituem até hoje o cerne da teoria do desenvolvimento econômico.<sup>25</sup> Em muitos casos, tivemos simples embora interessantes formalizações do que já se sabia. Uma exceção é a teoria do capital humano desenvolvida inovadoramente por dois economistas rigorosamente neoclássicos, Schultz e Becker.<sup>26</sup>

Um caso interessante é o do neo-institucionalismo de North. Sua intuição, certamente originária de sua formação como historiador econômico, e dos seus conhecimentos da contribuição de Marx, era a de que as instituições fazem uma diferença no desenvolvimento econômico. Ora, instituições e história são alheias ao modelo neoclássico. Não obstante, para ser aceito pela ortodoxia dominante, North adotou a estratégia retórica de usar toda a uma linguagem neoclássica, e de citar autores neoclássicos, procurando tornar sua teoria consistente com o modelo neoclássico. Entretanto, como se trata de um notável intelectual, não hesitou em assumir a contradição em que estava se envolvendo, ao usar longamente a crítica notável de Nelson e Winter a esse modelo.<sup>27</sup> Afinal, North só consegue incluir as instituições no grande modelo neoclássico descaracterizam-no ou, mais diretamente, refutando-o.

Ao buscar abarcar toda a ciência econômica subordinando-a ao modelo do equilíbrio geral, a teoria neoclássica deixa de ser uma teoria aberta, sujeita ao debate e à argumentação, para se transformar em uma ideologia, no sentido que Morin dá a esse termo: em uma idéia que se transforma em mito, que passa a se proteger irracionalmente, que, embora emprestando da filosofia a idéia de um núcleo coerente, perdem a idéia da complexidade, que é própria do verdadeiro conhecimento científico, e se transforma em uma simplificação dogmática e redutora.<sup>28</sup> Isto não aconteceu apenas com a teoria econômica neoclássica, aconteceu também com o marxismo, e com o keynesianismo. É o destino de toda grande teoria dada por seus epígonos, que

---

<sup>24</sup> Bardhan, 1988, 1993.

<sup>25</sup> Rosenstein-Rodan, 1943, 1961; Prebisch, 1949; Furtado, 1961; Lewis, 1954; Myrdal, 1968.

<sup>26</sup> Schultz, 1961, 1980; Becker, 1964/93.

<sup>27</sup> North, 1990; Nelson e Winter, 1982.

<sup>28</sup> Morin, 1991, 1994.

ambicionam dar a ela uma abrangência tal, e uma tal capacidade de resposta a todos os problemas, que acabam por dogmatizá-la. Esse tipo de marxismo, porém, já foi suficientemente desmascarado, como também o foi o keynesianismo ingênuo transformado em populismo econômico. A teoria neoclássica, entretanto, dado seu caráter dominante nas universidades dos países centrais, continua a aspirar a total abrangência, e merece, portanto, atenção especial.

## Referências

- Hausman, Daniel M. (1994) *The Philosophy of Economics: An Anthology*. Segunda Edição. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hausman, Daniel M. e Michael S. McPherson (1994) “Economics, Rationality, and Ethics”. In Daniel M. Hausman, org. (1994): 252-277.
- Bardhan, Pranab (1984) *The Political Economy of Development in India*. Oxford: Oxford University Press.
- Bardhan, Pranab (1988) “Alternative Approaches to Development Economics”. In H. Chenery e T. N. Srinivasan, orgs. (1988) *Handbook of Development Economics*. Amsterdam: North Holland: 40-71.
- Bardhan, Pranab (1993) "Economics of Development and the Development of Economics". *The Journal of Economic Perspectives*, 7(2) primavera 1993: 129-142.
- Becker, Gary S. (1964/93) *Human Capital*. Chicago: The University of Chicago Press, terceira edição, 1993; primeira, 1964.
- Bhagwati, J. (1971) “The Generalized Theory of Distortions and Welfare”. In J. Bhagwati et al., orgs. *Trade, Balance of Payment and Growth: Essays in Honor of P. Kindleberger*. Amsterdã: North Holland, 1971: 69-90.
- Boulding, Kenneth E. (1969) “Economics as a Moral Science”. *The American Economic Review*, 59 (1) março 1969: 1-12.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1972) “A Emergência da Tecnoburocracia”. In Bresser-Pereira (1972) *Tecnoburocracia e Contestação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes. Republicado em *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981:17-122.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1996) “A Inflação Decifrada”, *Revista de Economia Política*, 16(4) outubro 1996: 20-35.
- Domar, Evsey (1946) “Capital Expansion, Rate of Growth, and Employment”. *Econometrica* 1946: 137-47.
- Domar, Evsey (1947) “Expansion and Employment”. *The American Economic Review*, 37(1):34-55.

- Furtado, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Galbraith, John Kenneth (1967) *O Novo Estado Industrial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Publicado originalmente em inglês, 1967.
- Greenwald, B. and Joseph E. Stiglitz (1986) "Externalities in Economies with Imperfect Information and Incomplete Markets". *Quarterly Journal of Economics*, 101(2) maio 1986: 229-264. Harrod, Roy F. (1939) "An Essay in Dynamic Theory". *Economic Journal* 1939: 14-33.
- Harrod, Roy F. (1966) *Toward a Dynamic Economics*. Londres, Macmillan.
- Krugman, Paul (1981) "Trade, Accumulation and Uneven Development". *Journal of Development Economics*, 8(2) abril 1981: 149-61.
- Krugman, Paul (1987) "The Narrow Moving Band, the Dutch Disease, and the Competitive Consequences of Mrs. Thatcher". *Journal of Development Economics*, 27(1) outubro 1987: 41-55.
- Lewis, Arthur W. (1954) "Economic Development with Unlimited Supply of Labor". In Agarwala e Singh, orgs., *The Economics of Underdevelopment*. New York: Oxford University Press, 1958: 400-449. Originalmente publicado em 1954.
- Lopes, Francisco L. (1984) "Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação". *Revista da ANPEC*, no.7, dezembro 1984. Republicado em Francisco L. Lopes (1986).
- Lucas, Robert E. (1981) *Studies in Business Cycle Theory*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Morin, Edgar (1991) *La Méthode: 4 Les Idées*. Paris: Éditions du Seuil.
- Morin, Edgar (1994) "Les Idées". Entrevista a Françoise Bianchi. In Denis de Béchilon, org. *Les Défis de la Complexité*. Paris: Éditions l'Harmattan.
- Myrdal, Gunnar (1968) *An Approach to the Asian Drama*. (Selections from *Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations*, 1968). New York: Vintage Books.
- Nelson, Richard R. e Sidney G. Winter (1982) *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- North, Douglas C. (1990) *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Prebisch, Raúl (1949) "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas". *Revista Brasileira de Economia* 3(4) dezembro 1949. Original espanhol: "El Desarrollo Latinoamericano y sus Principales Problemas". *Boletín Económico de América Latina* 7(1) fevereiro 1962. A primeira mimeografada circulou em 1949, conjuntamente com os originais do *Estudio Económico de América Latina, 1949*.

- Rorty, Richard (1980) *Philosophy and the Mirror of Nature*. Oxford: Blackwell.
- Rorty, Richard (1994) "Relativismo: Encontrar e Fabricar". In Antonio Cícero e Waly Salomão, orgs. (1994): 115-134.
- Rosenstein-Rodan, Paul (1943) "Problems of Industrialization in Eastern Europe and South-Eastern Europe". *Economic Journal* 53, June 1943, 202-11. Reproduzido em Agarwala and Singh, orgs. (1958): 245-255.
- Rosenstein-Rodan, Paul (1961) "Notes on the Theory of the Big-push". In H. Ellis and H. Wallich, orgs. (1961) *Economic Development for Latin America*. New York: St. Martin Press.
- Schultz, Theodore W. (1961) "Investment in Human Capital". *American Economic Review*, 51(1) março 1961, 1-17.
- Schultz, Theodore W. (1980) *Investing in People*. Berkeley: University of California Press.
- Schumpeter, Joseph A. (1911) *The Theory of Economic Development*. Oxford: Oxford University Press, 1961. Originalmente publicado em alemão, 1911.
- Solow, Robert M. (1956) "A Contribution to the Theory of Economic Growth". In *Readings in the Theory of Economic Growth*. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 1969: 58-87. Originalmente publicado em *Quarterly Journal of Economics*, vol.70, fevereiro 1956: 65-94.
- Solow, Robert M. (1957) "Technical Change and the Aggregate Production Function". *Review of Economy and Statistics*, vol. 70, agosto, 1957: 65-94.
- Solow, Robert M. (1970) *Growth Theory: An Exposition*. Oxford: Clarendon Press.